



Desafios da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Ciberkultur@: Aproximação à Proposta de Comunidade Emergente de Conhecimento Local¹

Cicilia M. Krohling Peruzzo²

Resumo:

Estudo sobre a concepção da ciberkultur@ para entender se a mesma ajudaria os movimentos comunitários na redefinição de práticas comunicativas incluindo o empoderamento coletivo das TICCs. Os objetivos são identificar os principais pressupostos teóricos da ciberkultur@ no marco das dinâmicas de reestruturação comunicacional da sociedade contemporânea, situar o tema da presença da comunicação popular, comunitária e alternativa no ciberespaço e analisar se há pertinência em se relacionar os conceitos de ciberkultur@ e sua aplicabilidade aos estudos e práticas dessa modalidade comunicacional no Brasil. A abordagem se fundamenta nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético. Os procedimentos relativos à parte ora apresentada são os de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Palavras-chave: Comunidade emergente. Comunicação popular. Alternativa. Comunitária. Ciberkultur@. Ciberespaço.

Introdução

No contexto da sociedade atual, em geral caracterizada como sociedade da informação ou do conhecimento, há toda uma dinâmica social em busca da apropriação autônoma das tecnologias digitais e da comunicação mediada por computador. Mas, apesar do aumento progressivo do acesso à internet, grandes contingentes populacionais na América Latina ainda estão à margem dos benefícios desse ambiente comunicacional que vem contribuindo para mudanças culturais e no modo de gerar e difundir informações. No entanto, de algum modo, também as pessoas e organizações sociais populares de regiões periféricas das cidades procuram se inserir nesse ambiente de transformação de estruturas e relações sociais.

É nesse patamar que estudamos as possíveis intersecções entre ciberkultur@ e a comunicação popular, alternativa e comunitária. Investigamos se sua proposta teórica, especialmente, de *Comunidade Emergente de Conhecimento Local* (CECL) pode ajudar os movimentos comunitários na redefinição de práticas comunicativas incluindo o empoderamento³ coletivo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICC)⁴ para a geração de conhecimento e sua disseminação. O custo social do não empoderamento coletivo

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa “Comunicação para a Cidadania”, X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 4 a 7 de setembro de 2010, Caxias do Sul, RS.

Este texto é resultante de pesquisa realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente (CAPES). Versão resumida.

² Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo.

³ De “empowerment” em inglês e que significa o uso das TICC com poder de controle e sob a direção dos grupos populares e comunidades.

⁴ Reintroduzimos a sigla com duplo C para indicar a idéia da existência do conhecimento em todo processo tecnológico.



das TICC para efeito de implementação de alternativas duráveis de comunicação comunitária contribui para o atraso na transformação da realidade local.

Partimos da indagação inicial sobre se há pertinência em interrelacionar a comunicação popular, comunitária e alternativa à proposta teórica e prática da cibercultur@.

A hipótese é de que a comunicação popular, comunitária e alternativa poderia se revigorar ao assumir a cibercultur@ como estratégia de redefinição de práticas organizativas pois ajudaria a configurar processos de participação ativa e autogestionária da comunicação.

Temos como objetivos, no sentido geral, identificar os principais pressupostos teóricos da cibercultur@⁵ (com @), no marco das dinâmicas de reestruturação cultural e comunicacional da sociedade contemporânea, e suas possíveis intersecções com a comunicação comunitária. No nível específico buscamos: a) introduzir o tema da comunicação popular, comunitária e alternativa, de caráter coletivo, visando explorar sua presença no ciberespaço; e b) analisar a pertinência em se relacionar os conceitos de cibercultur@ e sua aplicabilidade aos estudos e práticas de comunicação popular, comunitária e alternativa.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a abordagem se fundamenta no materialismo histórico-dialético, pois, parte da intenção de compreender o fenômeno em sua dinâmica real a partir dos múltiplos aspectos e mediações (histórica, cultural, fatores conjunturais etc.), e tendo por base que o concreto é sempre provisório em suas manifestações, ou seja está constantemente em transformação (MINAYO, 2007).

Este texto remete a apenas uma parte de uma pesquisa mais ampla que consistiu em estudo teórico e trabalho de campo realizados junto à equipe do Laboratorio de Investigación y Desarrollo en Comunicación Compleja (LabCOMplex) e que envolveu pesquisa de campo por meio de investigação participante em Comunidades Emergentes de Conhecimento do Altiplano Potosino, no México. Os procedimentos relativos à parte ora apresentada são os de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

1. Situando o tema da comunicação popular, comunitária e alternativa

A comunicação popular, alternativa e comunitária se pauta por transmitir conteúdos info-comunicativos tratados de maneira diversa daqueles que circulam nos *mass media* tradicionais, embora não se constitua como uma alternativa no sentido de substituir ou dispensar o acesso aos meios convencionais de comunicação⁶. Em outras palavras, como comunicação dos setores organizados das classes subalternas, como já foi explicitado em outro

⁵ Conforme aponta o Labcomplex em sua apresentação (CIBERCULTUR@..., s/d). Ver <http://labcomplex.ceich.unam.mx>.

⁶ Estes transitam num universo peculiar em decorrência do tipo de informação, cobertura e amplitude de abrangência que caracterizam sua performance.

textos (PERUZZO, 2009, p.132), ela se baliza por uma proposição diferente daquela comumente presente na grande mídia privada (de base comercial) e na pública estatal (vinculada a governos). Suas especificidades são percebidas em múltiplos fatores, tais como na linha político-ideológica (crítica e propositiva), na proposta editorial (tanto pelo enfoque dado aos conteúdos como pelos assuntos abordados), nos modos de organização (de base popular, coletiva, em fundo do quintal de militantes) e nas estratégias de produção/ação (vínculo local, participação ativa, liberdade de expressão, uso mobilizador).

Dadas as configurações recentes a comunicação popular, a comunitária e a alternativa podem ser tomados em suas singularidades, ou seja, é factível tratá-las remetendo à praxis mais específicas, não obstante em muitos aspectos há interfaces que não recomendam visões estanques e separações rígidas entre elas. Em outro texto (PERUZZO, 2009) tratamos das especificidades dos termos. Neste texto, estamos tomando-as numa visão de conjunto, pois, interessa discutir suas possíveis interrelações com o tema da cibercultur@.

A comunicação popular, comunitária e alternativa, na sua expressão originária e atual, representa uma contra-comunicação ou uma outra comunicação elaborada no âmbito dos movimentos sociais, “comunidades”⁷ e outros grupos sociais orgânicos às classes subalternas com a finalidade de exercitar a liberdade de expressão e oferecer conteúdos na ótica das mesmas. Ao mesmo tempo serve de instrumento de conscientização e mobilização visando a organização popular e a transformação social começando sempre pelas carências e necessidades imediatas dos segmentos em questão. Por vezes, é denominada de comunicação contra-hegemônica, porém, na prática, nem todas as experiências dariam conta desse conceito.

Em síntese, ela tem um caráter civil popular, portanto, não governamental e não empresarial. Não se trata só de meio de comunicação, mas de processos sociais de mobilização que incluem meios (canais) tecnológicos, além da comunicação face a face ou grupal. Entre suas principais características estão as seguintes: os protagonistas são pessoas do próprio povo (daí o vocábulo popular), é baseada na participação ativa e aberta, não tem fins lucrativos, os conteúdos tratados estão em sintonia com a realidade local ou da comunidade de interesse a que se vincula, institui processos compartilhados e não hierarquizados de produção e difusão de mensagens, institui a propriedade coletiva (quando privada esta é colocada a serviço público), se realiza por diferentes formas, canais e formatos de comunicação, e se modifica ao longo da história.

1.1 Expressões da comunicação comunitária e alternativa

⁷ As aspas indicam a existência de conceitos e percepções contraditórios acerca de comunidade. Porém, doravante, neste texto o termo será empregado indistintamente



Nos anos recentes, no Brasil, simultaneamente a continuidade de experiências tradicionais de comunicação dos segmentos organizados das classes subalternas, há incremento de novos canais, formatos e organizações de comunicação, em grande parte, perpassados pela comunicação mediada por computador (CMC), e que ganham mais expressividade com a Web 2.0 e Web 3.0. Trata-se de um momento histórico em que se observa uma retomada crescente de iniciativas comunitárias e alternativas de comunicação, e agora incorporando inovadoras possibilidades interativas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICC).

Nesse cenário a comunicação popular-comunitária vem se realizando na sua forma grupal e presencial, mas também por meio de instrumentos de comunicação dirigida a públicos específicos, tais como a faixa, o cartaz, alto-falante, panfleto, poesia de cordel, teatro popular, vídeo, jornal, revistas etc. até o uso de tecnologias mais avançadas, do rádio e da televisão e destes ao universo da internet por meio de página virtual, webtv e webradio comunitários, além de *blog*, *twitter*, fotolog, videolog, podcast, entre outros. No entanto, não nos referimos à criação de meios e canais em si, mas a aqueles inseridos nas dinâmicas de mobilização e organização de setores progressistas, pois este aspecto ajuda a preservar o espírito comunitarista.

São criados coletivos de comunicação em formatos mais característicos de comunicação alternativa, tais como o Indymedia que está em duzentas cidades do Mundo⁸ e no Brasil recebe o nome de Centro de Mídia Independente (CMI)⁹, o Overmundo¹⁰ - um canal brasileiro de expressão para a produção cultural de comunidades, o Coletivo de Notícias del Sur (CoNoSur)¹¹, o Centre des Médias Alternatífus du Québec (Cmaq)¹², e o Nodo50¹³ - da Espanha. Todos operam com a contra-informação em sistema de publicação aberta, além de outros formatos de plataformas de comunicação colaborativas. Na mesma linha de comunicação alternativa, surgem também agências alternativas de notícias, como por exemplo a Agência de Informação Frei Tito para América Latina (ADITAL)¹⁴, a Agência Carta Maior¹⁵, a Informação Social¹⁶ - agência de notícias que enfatiza a divulgação dentro da temática dos direitos humanos na região da Amazônia Oriental (Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá) brasileira, e a Agencia de Noticias Red-Acción (ANRed)¹⁷, todas difundindo informações na

⁸ Ver Moraes (2008).

⁹ <http://www.indymedia.org> ou www.cmibrasil.org.br

¹⁰ <http://www.overmundo.org.br>

¹¹ <http://ar.geocities.com/agenciaconosur>

¹² <http://cmaq.net>

¹³ <http://www.nodo50.org>

¹⁴ www.adital.org.br

¹⁵ www.cartamaior.com.br

¹⁶ www.informacaosocial.com

¹⁷ www.anred.org



ótica progressista acerca de assuntos pouco cobertos pela grande mídia, ou deturpados e omitidos por ela. Cresce o número de Observatórios de Mídia e da Comunicação, os quais monitoram criticamente a mídia comercial, além de analisarem acontecimentos relacionados à Comunicação e aos sistemas midiáticos. Entre dezenas de experiências existentes, mencionamos três, em diferentes níveis: o Observatório Iberoamericano de la Libertad de Prensa(Infoamérica)¹⁸, sediado na Universidade de Málaga-Espanha – presente em 19 países, o Observatório do Direito à Comunicação, sediado em São Paulo-Brasil, e o Observatório da Mídia Regional – direitos humanos, políticas e sistemas, que funciona na Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES (Brasil).

Entre os espaços de comunicação colaborativa criados no ciberespaço há aqueles orgânicos a movimentos sociais e comunidades, bem como os pertencentes a outros coletivos cívicos em rede¹⁹. Claro que além de plataformas e canais como os mencionados há também outras formas de redes sociais²⁰ que favorecem a formação de comunidades virtuais de interesse, ou comunidades de escolha, na denominação de Goldsmith(1999)²¹.

Salientamos que as novas manifestações alternativas e comunitárias de comunicação, ao incorporarem suportes digitais e interativos e se constituírem como formas coletivas de organização, engendram não só conteúdos diferenciados a partir de novos olhares tendo em vista a desalienação, mas também novos procedimentos de ação na construção e difusão de mensagens, na socialização de conhecimentos técnicos (e outros), criação de códigos compartilhados de conduta e na instituição de novas relações sociais de produção²² que põem em suspensão a hierarquia e a burocracia tradicional, o sentido da propriedade privada e da força de trabalho como mercadoria pois funciona como trabalho voluntário, entre outros aspectos (PERUZZO, 2009, p.143).

As potencialidades participativas/interativas que as tecnologias digitais e a comunicação mediada por computador possibilitam no que se refere à criação de instrumentos autônomos e comunitaristas de produzir, controlar, difundir e receber conteúdos são indiscutíveis, mas estão imersas num conjunto de contradições que inibem ou dificultam o avanço da comunicação das classes subalternas. As desigualdades das condições de acesso às tecnologias, os antagonismos derivados das diferenças nos níveis de escolaridade, os valores culturais e ideológicos expressos nas práticas e linguagens sociais, assim como as singularidades locais quanto às necessidades comunicativas por plataformas digitais e condições de existência, ajudam a

¹⁸ http://www.infoamerica.org/libex/libex_7_d_9.htm

¹⁹ Ver León, Burch e Tamayo (2001), Finquelievich (2000) e González (2008, 2009).

²⁰ Ver Recuero (2009).

²¹ Ver Peruzzo e Berti(2010).

²² Porém, tais dimensões já faziam parte da comunicação popular e alternativa de outros tempos históricos. O novo a que nos referimos é relativo a cada tempo histórico.

configurar situações complexas quanto a inserção real da população no universo do ciberespaço. O desnivelamento no aproveitamento das possibilidades que a Rede das redes oferece é evidente no Brasil e na América Latina como um todo.

2. Ciberespaço como novo espaço para a comunicação comunitária e alternativa

Ciberespaço

sugere uma dimensão computadorizada onde podemos transmitir e mover informação e onde encontramos nosso caminho entre dados. O ciberespaço constrói um mundo artificial ou representado, um mundo composto de informações que nossos sistemas produzem e que re-alimentamos neste mesmo sistema. Do mesmo modo que um tabuleiro de xadrez estrutura o espaço do jogo de xadrez dentro de seu próprio mundo de torres e cavaleiros, peões e bispos, a interface do computador também estrutura seu campo de movimentações, hierarquia de arquivos, acessos e distâncias relativas entre pontos de interesse (HEIM, 1993, 78-79)²³.

Apesar da visão quase consensuada que o aponta o ciberespaço como espaço virtual ou imaterial criado pelos meios informáticos e dependente de computadores, este aponta para um fenômeno que a visão tecnicista não consegue explicar.

O conceito deriva dos vocábulos cibernética e espaço. Norbert Wiener (1948²⁴), cujos estudos estiveram ligados a programas militares no contexto da Guerra Fria, foi o criador do conceito de cibernética (teoria geral dos sistemas), cuja palavra provém do grego Kybernetes (Cybernetics) e significa piloto, timoneiro, controlador ou a possibilidade de controle e da comunicação, tanto na máquina (engenharia) como de organismos vivos e da linguagem (MIÈGE, 2000; GÓMEZ CRUZ, 2007).

A reintrodução na linguagem acadêmica do prefixo “ciber” (kyber, cyber) é como uma matriz que parece indicar (e de alguma forma reduzir-se) o uso de “máquinas de controle”(quer dizer, computadores) (GÓMEZ CRUZ, 2007, p.28). No final, como diz o mesmo autor (2007, p.28), “na linguagem popular, começou a aplicar-se a tudo aquilo que tem como centro o uso de computadores, especialmente, aqueles conectados à internet” e surgem termos como ciberespaço, cibersociedade, cibercidade, ciberlavanderia, cibercafé, cibercultura.

Já espaço, segundo Wertheim (apud GÓMEZ CRUZ, 2007, p.29), até o século XIV ou XV, na cosmovisão medieval, existia um espaço “real” e um espaço “divino”. A partir do século XVIII, com o deslocamento que colocou a ciência como explicação imperante do mundo, surgiu uma visão mais racionalista e mecanicista do espaço. Nessa visão, a dualidade medieval se perdeu em favor de um “espaço físico, total e absoluto”. No entanto, a autora

²³ As citações de autores estrangeiros extraídas de obras publicadas em inglês e espanhol foram por nós traduzidas.

²⁴ No livro “Cybernetics, or control and communication in the animal and machine”.



assinala que o ciberespaço, não só em sua narrativa, mas em seu “manifestar-se”, abre a possibilidade de um “espaço” que não é cartesiano: ao interagir no ciberespaço, minha localização não pode ser estabelecida puramente pelas coordenadas do espaço físico.

Como bem assinala Wertheim (apud GÓMEZ CRUZ, 2007, p.30), o ciberespaço recupera a cosmovisão de “um espaço dual onde o espaço físico não é o único espaço possível”.

Cosmos, do grego, significa harmonia, ordem, beleza. Seu antônimo é caos, também do grego. Esse mundo constituído pelo ciberespaço sugere harmonia, uma combinação, um equilíbrio que ultrapassam os mecanismos frios captados por visões presas ao determinismo tecnológico. Talvez seja oportuno lembrar com Jesús Galindo (1998, p.4), que a “sociedade do ciberespaço é uma nova forma ecológica no devenir humano. [...] Algo que chama a novos tipos de relações sociais, a construção de um novo tipo de civilização”.

Entidades do ciberespaço pertencem a um amplo fenômeno cultural dos últimos 30 anos do século vinte: o fenômeno da informatização computadorizada. Algo se torna um fenômeno quando capta e prende a atenção da civilização. Só então nossa linguagem comum pode articular a presença da coisa de modo que possa aparecer em sua identidade ‘estática’²⁵ no curso da história (HEIM, 1993, 84-85).

Não é a intenção deste texto adentrar aprofundadamente na discussão do ciberespaço, nem cair em qualquer uma das vertentes teóricas predominantes, entre os fáusticos e os prometéicos, na linguagem de Rudiger (2007, p.14; 184) que como pensadores da técnica oscilam, respectivamente, em visões do ciberespaço a partir de um pessimismo cultural ou do otimismo societário. Por outro lado, a técnica é vista como força do ser humano, mas capaz de assumir um desenvolvimento autônomo e destruí-lo. Por um lado, a técnica portaria uma faculdade emancipatória e benéfica pois representa o maior bem do homem, fator de progresso ou uma oportunidade de avanço no desenvolvimento.

Queremos apenas situar o tema de modo a discutir possíveis interconexões entre a Comunicação dos segmentos organizados das classes subalternas e a cibercultur@. Entendemos o ciberespaço como um fenômeno complexo que requer interpretações na perspectiva da cosmovisão que lhe é constitutiva, na imaterialidade como sua essência enquanto processo, mas que se interconecta com o espaço físico por meio das pessoas que o movem, dos consequentes reflexos concretos em suas vidas, e dos processos históricos que não dissociam o espaço físico do ciberespaço.

3. Cibercultur@ e comunidades emergentes de conhecimento

²⁵ Destaque nosso.

Muito se falou em “brecha digital”, “barreira digital” ou em “digital divide” para designar a exclusão dos empobrecidos ao acesso à internet em processo simultâneo inserção dos setores dominantes neste ambiente comunicacional e seu encantamento diante das facilidades de interação e circulação de conteúdos que o mesmo oferece.

Não ter acesso à principal fonte de mediação das relações sociais do século XXI agrava a exclusão social de todos os setores que ficam ‘de fora’, ou do outro lado dessa ‘brecha’. Por essa razão, considera-se que os países com abundância de populações ‘pobres’ devem ter e aumentar seu contato com as TICC, qualificadas como o instrumento privilegiado para acessar a informações e os conhecimentos organizados e criados para todos, por outros que estão do outro lado da ‘brecha’ ” (GONZÁLEZ, 2008, p.123).

Nesse contexto, num primeiro momento, estudos e políticas públicas acerca do tema consideraram que as distorções quanto à apropriação competente dos serviços de informática e da internet, assim como a incorporação das pessoas às novas formas de relações e estruturação sociais, seriam resolvidas proporcionando habilidades para operar máquinas, programas (softwares) e a disponibilização de serviços (telecentros, centros de informática, cibercafés, cabines públicas etc.), principalmente, de acesso gratuito. Mas, os debates não tardaram a demonstrar serem insuficientes esses tipos de iniciativas, apesar de se reconhecer a necessidade da incorporação de tais condições.

Paulo Cunha (2003, p. 211) assim se expressou sobre o assunto:

a chamada *desterritorialização* produziu um novo tipo de usuário da comunicação, mas não venceu o desequilíbrio provocado pelas diversas dinâmicas nacionais. Novos padrões hegemônicos produzem novas centralidades. No entanto, grupos periféricos continuam isolados à margem do ciberespaço. As novas centralidades puramente informacionais convivem com as centralidades efetivamente geopolítico-econômicas, criadas no período colonial e incrementadas pela revolução industrial. De um lado, temos as periferias econômicas, repletas de desvalidos, marginalizados e miseráveis; de outro lado, vemos as *periferias-centrais* das redes digitais, as tribos e suas subculturas que, felizes em participar do *não-lugar* do ciberespaço, alienam-se das contradições da indústria da comunicação.

Com o passar do tempo, estudos e algumas políticas públicas passam a incorporar o discurso de que não basta disponibilizar suportes tecnológicos, nem promover programas de capacitação visando a aquisição de habilidades básicas, mas melhorar a qualidade educacional e resolver os problemas de desníveis econômicos para que ocorra a apropriação como esperada e dentro do potencial que a rede oferece. No entanto, na prática as distorções do acesso e do uso dado – e/ou do não uso – dos suportes tecnológicos seguem se configurando como dilemas políticos.

Para enfrentar esse tipo de problema, tendo como contexto o México, Jorge A. González (2008, p.127) acredita ser necessário rever as “ferramentas teóricas e a estratégia prática para colocar em vigor uma diferente forma de apropriação da rede da internet e das tecnologias digitais existentes, para usá-las não apenas para acessar, mas também como plataformas geradoras de informação, de comunicação e especialmente de conhecimento locais”.

Ele trabalha com conceito inovador de *cibercultur@*, identificado com @, que se distingue das abordagens predominante utilizadas na academia que a definem, à semelhança de Lemos (2003, p.12), como “a forma sócio-cultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base micro-eletrônica”. González (2008, p.127) entende *cibercultur@* a partir do prefixo grego *kyber*(ciber), da palavra latina *cultura* e do símbolo @. *Kyber* (ciber), porque

desenvolver *cibercultur@* implica gerar, incrementar, aperfeiçoar, melhorar e compartilhar as habilidades para conduzir, dirigir e ‘pilotar’ relações sociais, num exercício de autogestão coletiva, horizontal e participativa. [..] [Cultura é empregada no seu sentido original, como] ‘cultivo, cuidado, atenção e desenvolvimento’. A habilidade para se autoconduzir e se dirigir aos outros para soluções mais inteligentes frente aos enormes desafios do século XXI, pode ser aprendida, pode ser compartilhada, pode ser cultivada com outros e para outros. [E uso] o símbolo arroba @, [...] por sua semelhança gráfica com uma espiral, [...] para representar um circuito de retroalimentação positivo, um processo aberto e adaptável que gera uma resposta emergente que surge da densidade das relações do sistema e não se reduz à soma de seus componentes.

Ativar *cibercultur@* no conjunto da sociedade requer o desenvolvimento e cultivo de três culturas cognitivas, elementarmente humanas: a cultura de conhecimento, cultura de informação e a cultura de comunicação. Um empenho que, ao realizar-se coletivamente, ajuda a redesenhar as ecologias simbólicas e a reconstruir relações, que geralmente são negativas se vistas a partir do vetor tecnológico (GONZÁLEZ, 2007, p.18).

Cultura de conhecimento: conhecer é uma atividade humana porque somos a única espécie que desenvolve meta-ferramentas e meta-linguagens. Desta forma, as interações entre o ser humano e sua realidade, a partir de inferências, nos permitem estabelecer relações entre diferentes configurações de informação, que por sua vez são produto de construções e atribuições do sujeito ao objeto. Daí ser necessário gerar pautas de comportamento propícias a criar conhecimento (GONZÁLEZ, 2007, p.18; 25).

Cultura de informação: “se desenvolve a partir de uma aproximação à natureza da informação – já constituída em observáveis ou dados em sua dimensão espacial, estática - e como integrante dos processos de ‘comunicação/cognição’ em sua dimensão temporal, dinâmica” (AMOURRUTIA, 2007, p.131). Ela se vincula aos processos de comunicação. A

informação tem especial importância na organização e construção de memórias, nos sistemas de ordenamento e sua representação para potencializar a reflexão e consequentemente melhorar a tomada de decisões (AMUZURUTIA, 2007, p.131-132).

Cultura de comunicação: supõe a necessidade de contato entre os atores sociais para compor e reorganizar o mundo social. Significa a capacidade de coordenar ações coletivas e necessita desenhar e estabelecer três modalidades de intervenção consciente sobre a forma social de organização do grupo: suscitar as diferenças, modificar a forma social para contemplar as diferenças e ocupar-se do ajuste da organização com o objetivo de integrar uma *rede inteligente*, ativa, efetiva e afetivamente construtora do espírito “nosótrico”²⁶, (GONZÁLEZ, 2007, p.18, p.25; s/db, p/6), ou seja, o nós ou o espírito coletivo.

A cultura de comunicação implica no desenvolvimento de três condições necessárias para a comunicação presencial e a distância, quais sejam: “a estimulação, a conectividade e a consistência. Do mesmo modo, requer a atitude básica de escuta para descobrir, suscitar, contemplar e gerar a diferença” (MAASS, 2007, p. 234).

A estimulação é um elemento central no processo de construção do conhecimento (MAASS, 2007, p.240). “Consiste conseguir a contínua expansão da *zona de desenvolvimento próximo* (ZDP) [referindo-se a Vigotsky] de cada um dos participantes tem em vista generaliza-la ao conjunto do coletivo”(GONZÁLEZ, s/db, p.4).

Por conectividade entende-se “o processo de comunicação que se inicia com a estimulação e é seguido de uma etapa de conexão estrutural de componentes conceituais”(MAASS, 2007, p.141) e significa a “construção, manutenção e expansão dos vínculos entre todos os elementos estimulados de um sistema concreto”(GONZÁLEZ, s/db, p.4).

Já a consistência é relativa a vinculação. À medida que aumenta a “conectividade faz com que se comece a produzir um efeito de *nosotrificación* a construção de um sentido renovado de ‘nosotros’ que não só se manifesta na identidade do grupo, mas no aumento da capacidade para processar a informação, definir os problemas e resolvê-los de maneira coletiva”(GONZÁLEZ, s/db, p.6).

Portanto, cibercultur@ não significa uma habilidade para operar destramente máquinas e programas, se não precisamente para o cultivo e a geração de três tipos de *saber fazer* que conduzem para: a) a forma em que aprendemos a perguntar sobre o mundo, a converter problemas práticos em problemas de conhecimento; b) as habilidades e destrezas para criar, administrar e utilizar configurações de observáveis e dados de nosso entorno; c) a

²⁶ Vem do sufixo mayense Tik que significa “nosotros” e foi amplamente adotado por Carlos Lenkersdorf (2008) no livro “Los hombres verdaderos” para explicar a cosmovisão Tojolabal.

capacidade de coordenar ações com outros dentro de estruturas de organização horizontais nas quais se possa distribuir a inteligência (CIBERCULTUR@..., s/d, online)²⁷.

Em suma, cibercultur@ é uma forma de “empoderamento que interessa três frentes estratégicas: a informação, o conhecimento e a capacidade de criar redes de ação para usar a informação e o conhecimento em projetos específicos de autogestão”(GONZÁLEZ, s/da, p.7).

Trata-se de “construir redes que aumentam a massa crítica de geradores de informação e de comunicação, que dignifiquem o ofício de investigar, que permitam uma relação horizontal entre os diversos grupos sociais e que, dessa forma, ponham a nosso serviço as tecnologias digitais de informação e não o contrário”, o que não significa rechaçar as tecnologias (GONZÁLEZ, 2007, p.19).

Para tanto, González entende ser necessária a criação de comunidades, qualificadas como emergentes de conhecimento local e/ou de informação, e a formação de redes entre essas comunidades.

O desenvolvimento destas redes emergentes de comunidades busca tornar concreta a apropriação prática, dialógica, comunitária e criativa dessa dimensão do vetor tecnológico submetido às necessidades de criação e de informação e de conhecimento autogerado, porém, com toda uma estrutura autoprojeta e aberta para compartilhar e avançar sobre as particularidades encontradas, ao incluí-las em uma rede de relações com outras formas de conhecimento de outras comunidades, deslocadas de maneira similar e localizadas de forma dispersa, mas que compartilham os mesmos efeitos de processos em escala mundial (GONZÁLEZ, 2008, p.131).

3.1 Breves apontamentos sobre o conceito de comunidade emergente de conhecimento

Comunidade Emergente de Conhecimento é “rede virtual e comunitária ativada para a geração de conhecimento local mediante o aproveitamento intensivo das tecnologias de informação e comunicação (TICC) em um ambiente de inteligência distribuída”(MAASS, 2007, p.312)²⁸. Cada CEC corresponde a um nó (ou nodo) “de uma rede em construção permanente [...]” (GONZÁLEZ, MAASS, s/dc, p.7).

O desenvolvimento de comunidades emergentes se concentra em facilitar uma dinâmica horizontal, próxima à educação popular de Freire e outros, que lhes permite apropriar-se coletivamente da tecnologia para gerar uma capacidade de narrar-se e de construir-se um ‘nosotros’ [referindo-se a Lenkersdorf] autodeterminante e não derivado de imposições externas” (GONZÁLEZ, 2009, p.65).

Uma Comunidade Emergente de Investigação forma um coletivo que se organiza com finalidade de realizar investigação e gerar informação e conhecimento. Nela “cada participante é um nó interconectado de trabalho para conformar com o tempo uma rede sistêmica inteligente”. Uma vez ativada em cibercultur@, a CEI é capaz de realizar e cultivar habilidades

²⁷ Ver <http://labcomplex.ceiich.unam.mx/labcomplex02/>

²⁸ Versão digital disponível em: www.labcomplex.net

concernentes aos processo de informação, comunicação e conhecimento (GONZÁLEZ, s/db, p.2-3).

Comunidades Emergentes de Conhecimento Local (CECL) são coletivos que se organizam para construir um processo de desenvolvimento social. Segundo Jorge González (2009, p. 64) se ocupam em desenvolver seus próprios sistemas de informação e de comunicação para gerar respostas de conhecimento frente a problemas concretos e significativos de sua localidade (que paulatinamente poderão vincular com outras comunidades que vivem os mesmos processos de exploração, exclusão e desconhecimento), sejam eles a pobreza, o desemprego, a violência, fome, deterioração ambiental ou outros.

Desse modo, se inicia um

processo de empoderamento a partir de uma nova e potenciada capacidade coletiva de narrar seu passado, redefinir seu presente e de redesenhar seu futuro e mundos possíveis mediante outras formas de narrar-se e de visibilizar-se emanadas de sua capacidade de gerar e manter sistemas de informação e de conhecimento, primeiro local e posteriormente situado, quando cada comunidade emergente se converte em um nó de uma rede que se vincula às demais comunidades emergentes (GONZÁLEZ, 2009, p. 65).

3.2 É possível interrelacionar a COM COM à cibercultur@?

Há intersecções entre a comunicação popular-comunitária e alternativa, quando esta é desenvolvida na perspectiva das organizações comunitárias e movimentos sociais orgânicos às classes subalternas, e a cibercultur@, embora haja distinções substanciais em ambas as partes. Têm em comum a visão do mundo como contraditório, o sentido político-ideológico dado às estratégias de mobilização e organização e o modo de atuar com vista à superação de problemas concretos decorrentes das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade justa. O ponto central da questão metodológica envolvida nas práticas sociais está na defesa da participação ativa do cidadão/ã em processos que forjam práticas autogestionárias de organização social e da gestão da comunicação comunitária. Esta proporcionaria a autogestão comunitária de processos e o consequente exercício do poder de controle sobre os processos sociais.

Por outro lado, enquanto a cibercultur@ está mais voltada para a formação e organização de comunidades emergentes de conhecimento, a comunicação dos segmentos organizados das classes subalternas decorre de processos “autônomos” de organização e mobilização se setgores populares da sociedade civil. Se a primeira visualiza um processo de organização social a partir das CECL e CEI capaz de forjar um novo projeto de sociedade, a segunda parece agir mais a partir das demandas, interesses e capacidades da sociedade civil, ou seja se circunscreve nos limites das conjunturas, com exceção, é claro, de movimentos populares que têm clareza quanto à opção política pelo socialismo.

Desse modo, pode-se inferir que ao incorporar o espírito da cibercultur@ os movimentos e organizações comunitárias poderiam melhorar sua performance no sentido de não se contentarem com as ações tópicas. Há que se mirar um projeto de sociedade, ou seja discutir o tipo de sociedade que se quer construir. Caso contrário, apesar da boa vontade, pode-se incorrer em processos de formação e mobilização que mais ajudam na reprodução da sociedade capitalista do que sua transformação.

Diante do limite de espaço previsto para este texto, muito há a complementar sobre o assunto ora discutido. Porém, é imprescindível acrescentar desde já um outro aspecto. Está também implícito na concepção teórica da cibercultur@ o empoderamento coletivo das TICC. As táticas e a estratégia envoltas nas CECs, como diz González (s/da, p.7), conduzem a que as mesmas “façam suas as tecnologias de informação e comunicação, não só para acessar a informação, mas para gerar seu próprio conhecimento”. Aí está um dos desafios que cabe às organizações de comunicação comunitárias e aos próprios movimentos comunitários. Não se trata de defesa ou negação das TICC. Como partes constituídas e constituintes da sociedade atual não há outra maneira do que se estar nelas e empoderar-se delas. Porém, o ciberespaço não diminui a importância do espaço físico nem elimina as lutas sociais presenciais.

Conclusão

Os breves apontamentos anteriores denotam a importância do tema tanto do ponto de vista da comunicação alternativa e comunitária, como expressão de uma comunicação comprometida com a transformação social, como pela inovabilidade que os seus protagonistas populares são levados a incorporar por causa das mudanças ocorridas no ambiente comunicacional possibilitado pelo ciberespaço. Trata-se de dimensão pouco estudada na área da Comunicação, no Brasil, visto que a predominância investigativa se concentra em estudos sobre determinismo tecnológico, nas ramificações da indústria cultural na internet, na presença e significados dos usos do ciberespaço por “pequenas multidões” de internautas com o fenômeno das redes sociais de relacionamentos tipo Orkut, entre outros aspectos.

A comunicação comunitária e alternativa ao se inserir no ciberespaço contribui para forjar uma mutação nas práticas constitutivas do exercício da cidadania. Parece haver reelaborações culturais em curso como antítese das relações desiguais entre dominantes e subalternos construídas historicamente em todos os níveis

A perspectiva teórico-metodológica da cibercultur@ desenvolvida pelo LabCOMplex²⁹ se mostra adequada para se entender as condições em que a inserção da comunicação popular, alternativa e comunitária no ciberespaço e, além dele, representaria um avanço qualitativo do

²⁹ Laboratorio de Investigación y Desarrollo en Comunicación Compleja.



status da cidadania. Ela corresponde aos pressupostos originários da comunicação no contexto dos movimentos sociais populares quanto à autonomia e ao protagonismo popular como facilitadores do processo de ampliação do exercício da cidadania em suas dimensões – civil, social e política –, mas também explicitamente comunicacional e como um direito de quinta geração³⁰. Ao mesmo tempo, a cibercultur@ avança ao apontar caminhos capazes de solidificar processos de informação, conhecimento e comunicação e instigar a constituição de novo projeto de sociedade.

REFERÊNCIAS

AMOURRUTIA, José A. Por uma cultura de información. In: GONZÁLEZ, Jorge A.(Coord.). **Cibercultur@ e iniciación en la investigación**. CNCA/IMC/UNAM-CEICH, 2007. p.93-230.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura. v.1)

CIBERCULTUR@..., s/d, online). Labcomplex. Ciudad do México. Disponível em: <http://labcomplex.ceich.unam.mx/labcomplex02/>. Acesso em: 18 abr.2009.

CUNHA, Paulo. Um e muitos ciberespaços. In: LEMOS, André; CUNHA, Paulo (Orgs). **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003. p.212-231.

FINQUELIEVICH, Susana (Org.). **Ciudadanos a la red!** Los vínculos sociales en el ciberespacio. Buenos Aires: Ciccus/La Crujía, 2000.

GALINDO CÁCERES, Jesús. Cibercultura, ciberciudad, cibernsiedad hacia la construcción de mundos posibles en nuevas metáforas conceptuales. **Razón y Palabra**. A.3, n.10, abr.-jun.1998.p.1-11.

GOLDSMITH, Marshall. Comunicaciones globales y comunidades de elección. In: HESSELBEIN, Frances et al. (Org.). **La comunidad del futuro**. Buenos Aires/ Barcelona/ México: Granica, 1999. p.131-146.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GÓMEZ CRUZ, Edgar. **Las metáfora de internet**. Barcelona: Editorial UOC, 2007.

GONZÁLEZ, Jorge A . Digitalizados por decreto. Cibercultur@: inclusão forçada na América Latina. **Matrizes**: Revista do programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, a .2, n.2, p.113-138, 2008.

_____. Presentación. Introducción general. In: GONZÁLEZ, Jorge A.(Coord.). **Cibercultur@ e iniciación en la investigación**. CNCA/IMC/UNAM-CEICH, 2007. p.15-27.

_____. Pantallas vemos, sociedades no sabemos – barruntos (conjeturas) sobre temporalidades progressivamente apantalladas y cibercultur@. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, a .32, n.1, p. 51-68, 2009.

³⁰ Ver Peruzzo (2008).



_____. **Cibercultur@ como estrategia de comunicaci3n compleja desde la periferia.** Ciudad de M3xico: Labcomplex-CEICH/UNAM, s/da. Dispon3vel em: www.labcomplex.net. Acesso em: 28 fev.2010.

_____. **El desarrollo de cibercultur@ en proyectos de conocimiento: hacia una comunidad emergente de investigaci3n.** Ciudad de M3xico: Labcomplex-CEICH/UNAM, s/db. Dispon3vel em: <http://www.kasiopea.webs.com/biblioteca.htm>. Acesso em: 21 jan.2010.

_____.; MAASS. **Cibercultur@ y comunidades emergentes de conocimiento.** Ciudad de M3xico: Labcomplex-CEICH/UNAM, s/dc. (vers3o digital).

LEMOS, Andr3. **Cibercultura:** tecnologia e vida social na cultura contempor3nea. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

_____. Cibercultura. Alguns pontos para compreender a nossa 3poca. In: LEMOS, Andr3; CUNHA, Paulo (Orgs). **Olhares sobre a cibercultura.** Porto Alegre: Sulina, 2003. p.11-23.

LENKERSDORF, Carlos. **Los hombres verdaderos:** voces y testimonios tojolabales. 5.ed. Ciudad de M3xico / Buenos Aires / Madrid: Siglo XXI, 2008

LE3N, O.; BURCH, S.; TAMAYO, E. **Movimientos sociales en la red.** Quito: ALAI, 2001.

HEIM, Michael. **The metaphysics of virtual reality.** N.York / Oxford: Oxford University Press, 1993.

MI3GE, Bernard. **Pensamento comunicacional.** Petr3polis, Vozes, 2000.

MINAYO, Maria Cec3lia de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em sa3de. 10.ed. S3o Paulo: HUCITEC, 2007.

MORAES, Denis de. Comunica3o alternativa em rede e difus3o contra-hegem3nica.. In: COUTINHO, Eduardo G.(Org.). **Comunica3o e contra-hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 38-64.

MAASS MORENO, Margarita. Por uma cultura de comunicaci3n. In: GONZ3LEZ, Jorge A.(Coord.). **Cibercultur@ e iniciaci3n en la investigaci3n.** CNCA/IMC/UNAM-CEICH, 2007. p.231-332.

PERUZZO, Cicilia M.K. **Comunica3o nos movimentos populares:** a participa3o na constru3o da cidadania. 3.ed. Petr3polis: Vozes, 2004.

_____. Internet e democracia comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito 3 comunicaci3o. In: MELO, Jos3 Marques de; SATHLER, Luciano (Orgs.) **Direitos 3 comunicaci3o na sociedade da informa3o.** S3o Bernardo do Campo: UESP, 2005. p. 267-288. Vers3o online dispon3vel em: www.ciciliaperuzzo.pro.br

_____. Webjornalismo: do hipertexto e da interatividade ao cidad3o jornalista. **Verso e Reverso** - Revista da Comunica3o. S3o Leopoldo: Unisinos, n.37, p.77-95, 2003.

_____. Direito 3 comunicaci3o comunit3ria, participa3o popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicaci3n**, a.2, n.3, p.18-41, jul/dic.2005. Vers3o online dispon3vel em: www.ciciliaperuzzo.pro.br

_____. Movimentos sociais, cidadania e o direito 3 comunicaci3o. **Revista Fronteiras.** S3o Leopoldo: UNISINOS, v.11, n.1, p.33-43, 2008. Dispon3vel em: <http://www.frenteiras.unisinos.br/pdf/64.pdf>

_____. Aproxima3es entre a comunica3o popular e comunit3ria e a imprensa alternativa. **Gal3xia:** Revista do Programa de P3s-Gradua3o em Comunica3o e Semi3tica da PUC-SP. n.17, jun. 2009 . p.131-146.



____ ; BERTI, O.M de C. **As novas configurações das comunidades comunicacionais nas “comunidades de escolha”**. Paper apresentado no I Colóquio Brasil-China de Ciências da Comunicação. Evento promovido pela Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação e realizado na Universidade Federal do Espírito Santo, de 12 a 13 de maio de 2010, em Vitória (ES).

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da cibercultura: tecnocracia, humanismo e crítica no pensamento contemporâneo**. 2.ed.rev.amp. Porto Alegre: Sulina, 2007.

WERTHEIM, M. **The pearly gates of cyberspace: a history of space from Dante to the internet**. Estados Unidos: WW Norton & Company, 1999.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2003.